

Entrevista com Angela Gomes (Light): “Estudo aponta para a necessidade de se buscar soluções inovadoras com relação às áreas de risco”

LACOMBE, Fabiano. “Entrevista com Angela Gomes (Light): ‘Estudo aponta para a necessidade de se buscar soluções inovadoras com relação às áreas de risco’”. IFE – Informe Eletrônico. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2019.

Qual foi a importância desse projeto feito em parceria com o GESEL que dá origem ao livro agora lançado, “Perdas não técnicas na distribuição de energia elétrica: o caso da Light”?

Para nós, as áreas de risco são áreas que trazem prejuízos muito grandes. Não só à Light como à sua concessão. São áreas em que é impossível atuar no combate ao furto de energia por conta do problema da segurança pública e a regulação não traz uma forma de tratar isso.

O furto de energia nessas áreas, considerando Light e Enel Rio, é de 400 MW médios. Significa que se perde, valorando isso pelo custo médio de energia comprada, incluindo o risco hidrológico, quase um bilhão de reais por ano só na compra de energia. Fora as redes que precisam atender a essa população, que são pagas pelos demais consumidores. Então, temos um problema distributivo grande. Os custos das áreas de risco são pagos pelos demais consumidores e pelas concessionárias.

Há uma parte de desperdício e ineficiência também. Porque, de fato, como não há o sinal econômico, os consumidores acabam tendo um dispêndio perdulário de energia, um desperdício muito grande. A gente estima que seja mais da metade do consumo das residências. Mais de 200 MW médios por ano que não estariam sendo consumidos no país. É muito grave.

Há ainda a questão da qualidade, porque os indicadores de qualidade não separam as concessionárias entre as que têm áreas de risco ou não. E temos esses bolsões onde não se paga nada, onde se consome muito e há sobrecarga na rede. Se você investe para reduzir a sobrecarga, para melhorar a qualidade, significa que você está usando o dinheiro dos outros consumidores para entregar ali nessas regiões. Então, a cada dia você tem esse dilema: vamos continuar alimentando o gato que está ali?

Diante desse contexto, é fundamental imprimirmos todos os esforços na busca de soluções conjuntas com o Governo do Estado e os demais stakeholders para esse problema tão prejudicial às concessionárias de energia elétrica, aos consumidores do Rio de Janeiro e ao setor elétrico como um todo.

Assim, o primeiro passo deste projeto de P&D foi tentar mapear a dimensão do problema. Entender quais são as condições que de fato levam isso a acontecer. Como conseguimos identifica-los olhando dados externos, e não apenas os da concessionária. Veja, quando a gente começou esse projeto, o Governo do Estado do Rio à época (2017) não admitia a existência dessas áreas que ele não consegue

atuar. Então, um de nossos inúmeros desafios com relação às áreas de risco era levar ao Regulador a dimensão do problema quando o Governo do Estado não assumia que ele existia.

É claro que a mídia nos ajudava a mostrar que o problema das regiões dominadas por poderes paralelos no Rio é extremamente grave e amplo, por isso a Aneel nunca questionou que esse problema existe aqui no Estado. Mas, sentimos a necessidade de trazer uma análise mais ampla sobre o tema, buscando dados de outros agentes (como IBGE, outros prestados de serviço público, Ministério Público, Instituto de Segurança Pública, aplicativos sobre violência, etc) para complementarem o mapeamento detalhado realizado pela Light. Essa análise mais minuciosa foi importante para avaliar a robustez da atuação da Light em sua concessão.

Há uma parte relevante sobre isso no livro, que envolve uma extensa análise econométrica, fazendo cruzamentos com muitos dados, principalmente do IBGE, por setor censitário, englobando toda a concessão da Light. Começamos a entender qual seria a correlação entre o mapeamento que a concessionária faz das áreas de risco com as variáveis socioeconômicas. Isso nunca tinha sido feito porque as análises socioeconômicas que a própria Aneel faz, por exemplo, olha para o município como uma coisa só. Imagina o município do Rio de Janeiro, que extremamente heterogêneo em seus diferentes bairros. Essa heterogeneidade aparece também em vários bairros, como São Conrado e Botafogo, por exemplo, que são muito desiguais. Não se pode tratar essas regiões como uma coisa só! Então, como primeiro passo, essa análise econométrica foi bem importante. Trouxemos as variáveis que a Aneel usa em seus modelos socioeconômicos para uma visão mais micro, da concessão como um todo, com foco nas áreas de risco.

Depois, foi feito um trabalho muito interessante que é o cruzamento desses dados do IBGE com outros relacionados à violência. Além disso, foi feita uma análise qualitativa, sociológica, da formação dessas regiões e um diagnóstico do tamanho do problema. Então, este foi o primeiro passo.

A Aneel viu com muito bons olhos esse projeto, que envolveu alguns workshops com a Agência, onde houve discussões bem interessantes. E, recentemente, a Aneel, pela primeira vez, enviou ofício a todas as concessionárias do país pedindo o mapeamento das áreas de risco em suas concessões, caso existam, algo que foi abordado neste projeto de P&D, pois identificamos a necessidade de haver mapeamento robusto dessas regiões, bem como a medição das perdas de energia envolvidas nas mesmas.

De fato, a gente entende que o primeiro passo para resolver qualquer problema é assumir que ele existe. Ou, dito de outra forma, a melhor forma de não resolver um problema é não assumir que ele existe.

Para onde aponta esse estudo? Olhando para frente...

Esse estudo aponta para a necessidade de se buscar soluções inovadoras com relação às áreas de risco, tanto do ponto de vista regulatório, que envolverá novas e importantes interações com a Aneel, quanto do ponto de vista da atuação das concessionárias de energia elétrica, em conjunto com os demais entes públicos (Governo do Estado, outras concessionárias de serviço público, Judiciário, etc.).

Uma vez mapeado o problema, é fundamental unirmos forças para buscar soluções que possam reduzir os impactos negativos das áreas de risco sobre as concessionárias, os consumidores e o setor elétrico brasileiro.

Angela Gomes é Superintendente de Regulação Econômica da Light